

DESPACHOS DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO
PROCESSO: 00004486.989.18-9
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS (CNPJ 45.192.564/0001-01)
ADVOGADO: (OAB/SP 294.336)
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: UR-14
PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00014777.989.18-7 Vistos.

À vista das ocorrências e/ou impropriedades apontadas no relatório da fiscalização (Evento 101.78), e de acordo com o disposto no artigo 30, da Lei Complementar nº 709/93, NOTÍFICO o Sr. GUILHERME CARVALHO DA SILVA, responsável pela Prefeitura Municipal acima mencionada, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do conteúdo nos autos e nos processos dependentes e/ou referenciados, e apresente as alegações que forem do seu interesse.

Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.

Com ou sem resposta, voltem os autos por ATJ e Ministério Público de Contas para prosseguimento nos termos do art. 195 e seguintes do RICTSP.

Publique-se.
PROCESSO: 00004537.989.18-8
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA (CNPJ 46.522.991/0001-73)
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO GOMES CALLADO MORAES (OAB/SP 242.953) / YURI MARCEL SOARES OOTA (OAB/SP 305.226)

INTERESSADO(A): PAULO FERNANDO BARUFI DA SILVA (CPF 096.706.078-84)
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: DF-07
PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00014188.989.18-0 Vistos.

À vista das ocorrências e/ou impropriedades apontadas no relatório da fiscalização (Evento 202), e de acordo com o disposto no artigo 30, da Lei Complementar nº 709/93, NOTÍFICO o Sr. Paulo Fernando Barufi Da Silva, responsável no exercício de 2018, pela Prefeitura Municipal acima mencionada, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do conteúdo nos autos e nos processos dependentes e/ou referenciados, e apresente as alegações que forem do seu interesse.

Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.

Alerto que, nos termos da Resolução nº 01/2011, os interessados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www4.tce.sp.gov.br/tcesp/ processo-eletronico, mediante regular cadastramento, caso ainda não efetuado.

Aproveito a ocasião para informar ao órgão e/ou interessados que poderão ser intimados dos atos processuais relativos ao presente processo através do aplicativo WhatsApp.

Esse procedimento será aplicado exclusivamente no Cartório do meu Gabinete, e somente nos processos de Contas Anuais de Prefeituras Municipais de minha relação, relativas aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, que já tramitam em meu eletrônico.

As intimações realizadas através do WhatsApp serão feitas de forma subsidiária à publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, conforme previsto no artigo 90 da Lei Complementar 709/93, e não exclui a obrigatoriedade das partes interessadas acompanharem as publicações no Diário Oficial do Estado.

A adesão ao procedimento de intimação por WhatsApp é facultativa, e pode ser realizada pela(s) parte(s) interessada(s) e seu(s) procurador(es), incluindo as Sociedades de Advogados, desde que devidamente habilitado(s) nos autos.

Caso a(s) parte(s) possua(m) interesse, deverá(ão) fazer o pedido junto ao Cartório do meu Gabinete ou através de petição nos autos, que deverá constar obrigatoriamente os seguintes termos e informações:

I)nome Completo e OAB (no caso de procuradores);
II)número do telefone que receberá as intimações;
III)concorda com os termos da intimação por meio do aplicativo WhatsApp;

IV)que foi identificado de que o CGDER, em nenhuma hipótese, solicita dados pessoais, bancários ou qualquer outro de caráter sigiloso, limitando-se o procedimento para a realização de atos de intimação;

V)que foi identificado de que as dúvidas referentes à intimação deverão ser tratadas, exclusivamente, no Cartório do Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho.

Alertando que petições, justificativas, recursos e outros pedidos deverão ser realizados através dos meios convencionais, seja através dos protocolos da capital ou das Unidades Regionais, ou ainda pelo Processo Eletrônico.

Por fim, informo que intimações serão encaminhadas durante o expediente e feitas exclusivamente pelo aplicativo WhatsApp, e a contagem dos prazos processuais obedecerá à legislação de regência, iniciando-se com a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Com ou sem resposta, voltem os autos por ATJ e Ministério Público de Contas para prosseguimento nos termos do art. 195 e seguintes do RICTSP.

Publique-se.
PROCESSO: 00004546.989.18-7
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR (CNPJ 45.781.652/0001-56)
ADVOGADO: JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / (OAB/SP 107.509) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / EVANDRA ZIMERER LOPES (OAB/SP 131.930)
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: UR-03
PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00001453.989.18-8 Vistos.

À vista das ocorrências e/ou impropriedades apontadas no relatório da fiscalização (Evento 133.1), e de acordo com o disposto no artigo 30, da Lei Complementar nº 709/93, NOTÍFICO o Sr. THIAGO GIATTI ASSIS, responsável pela Prefeitura Municipal acima mencionada, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do conteúdo nos autos e nos processos dependentes e/ou referenciados, e apresente as alegações que forem do seu interesse.

Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.

Alerto que, nos termos da Resolução nº 01/2011, os interessados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www4.tce.sp.gov.br/tcesp/ processo-eletronico, mediante regular cadastramento, caso ainda não efetuado.

Aproveito a ocasião para informar ao órgão e/ou interessados que poderão ser intimados dos atos processuais relativos ao presente processo através do aplicativo WhatsApp.

Esse procedimento será aplicado exclusivamente no Cartório do meu Gabinete, e somente nos processos de Contas Anuais de Prefeituras Municipais de minha relação, relativas aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, que já tramitam em meu eletrônico.

As intimações realizadas através do WhatsApp serão feitas de forma subsidiária à publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, conforme previsto no artigo 90 da Lei Complementar 709/93, e não exclui a obrigatoriedade das partes interessadas acompanharem as publicações no Diário Oficial do Estado.

Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.

Com ou sem resposta, voltem os autos por ATJ e Ministério Público de Contas para prosseguimento nos termos do art. 195 e seguintes do RICTSP.

Publique-se.
PROCESSO: 00004567.989.18-1
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO RIO PARDO (CNPJ 45.741.659/0001-37)
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: UR-19

PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00010359.989.18-3, 00010362.989.18-8, 00010365.989.18-5, 00010659.989.18-0, 00014478.989.18-9, 00019737.989.18-6, 00024549.989.18-4, 00002202.989.19-0, 00005837.989.19-3, 00006414.989.19-4, 00007507.989.19-2, 00010329.989.19-8, 00011392.989.19-0, 0001272.989.19-5 Vistos.

À vista das ocorrências e/ou impropriedades apontadas no relatório da fiscalização (Evento 88), e de acordo com o disposto no artigo 30, da Lei Complementar nº 709/93, NOTÍFICO o Sr. Emami Christovam Vasconcellos, responsável no exercício de 2018, pela Prefeitura Municipal acima mencionada, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do conteúdo nos autos e nos processos dependentes e/ou referenciados, e apresente as alegações que forem do seu interesse.

Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.

Alerto que, nos termos da Resolução nº 01/2011, os interessados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www4.tce.sp.gov.br/tcesp/ processo-eletronico, mediante regular cadastramento, caso ainda não efetuado.

Aproveito a ocasião para informar ao órgão e/ou interessados que poderão ser intimados dos atos processuais relativos ao presente processo através do aplicativo WhatsApp.

Esse procedimento será aplicado exclusivamente no Cartório do meu Gabinete, e somente nos processos de Contas Anuais de Prefeituras Municipais de minha relação, relativas aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, que já tramitam em meu eletrônico.

As intimações realizadas através do WhatsApp serão feitas de forma subsidiária à publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, conforme previsto no artigo 90 da Lei Complementar 709/93, e não exclui a obrigatoriedade das partes interessadas acompanharem as publicações no Diário Oficial do Estado.

A adesão ao procedimento de intimação por WhatsApp é facultativa, e pode ser realizada pela(s) parte(s) interessada(s) e seu(s) procurador(es), incluindo as Sociedades de Advogados, desde que devidamente habilitado(s) nos autos.

Caso a(s) parte(s) possua(m) interesse, deverá(ão) fazer o pedido junto ao Cartório do meu Gabinete ou através de petição nos autos, que deverá constar obrigatoriamente os seguintes termos e informações:

I)nome Completo e OAB (no caso de procuradores);
II)número do telefone que receberá as intimações;
III)concorda com os termos da intimação por meio do aplicativo WhatsApp;

IV)que foi identificado de que o CGDER, em nenhuma hipótese, solicita dados pessoais, bancários ou qualquer outro de caráter sigiloso, limitando-se o procedimento para a realização de atos de intimação;

V)que foi identificado de que as dúvidas referentes à intimação deverão ser tratadas, exclusivamente, no Cartório do Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho.

Alertando que petições, justificativas, recursos e outros pedidos deverão ser realizados através dos meios convencionais, seja através dos protocolos da capital ou das Unidades Regionais, ou ainda pelo Processo Eletrônico.

Por fim, informo que intimações serão encaminhadas durante o expediente e feitas exclusivamente pelo aplicativo WhatsApp, e a contagem dos prazos processuais obedecerá à legislação de regência, iniciando-se com a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Com ou sem resposta, voltem os autos por ATJ e Ministério Público de Contas para prosseguimento nos termos do art. 195 e seguintes do RICTSP.

Publique-se.
PROCESSO: 00004571.989.18-5
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO (CNPJ 45.371.820/0001-28)
ADVOGADO: FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889)
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: UR-06

Vistos.

À vista das ocorrências e/ou impropriedades apontadas no relatório da fiscalização (Evento 104), e de acordo com o disposto no artigo 30, da Lei Complementar nº 709/93, NOTÍFICO o Sr. José Alberto Gimenez, responsável no exercício de 2018, pela Prefeitura Municipal acima mencionada, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do conteúdo nos autos e nos processos dependentes e/ou referenciados, e apresente as alegações que forem do seu interesse.

Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.

Alerto que, nos termos da Resolução nº 01/2011, os interessados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www4.tce.sp.gov.br/tcesp/ processo-eletronico, mediante regular cadastramento, caso ainda não efetuado.

Aproveito a ocasião para informar ao órgão e/ou interessados que poderão ser intimados dos atos processuais relativos ao presente processo através do aplicativo WhatsApp.

Esse procedimento será aplicado exclusivamente no Cartório do meu Gabinete, e somente nos processos de Contas Anuais de Prefeituras Municipais de minha relação, relativas aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, que já tramitam em meu eletrônico.

As intimações realizadas através do WhatsApp serão feitas de forma subsidiária à publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, conforme previsto no artigo 90 da Lei Complementar 709/93, e não exclui a obrigatoriedade das partes interessadas acompanharem as publicações no Diário Oficial do Estado.

A adesão ao procedimento de intimação por WhatsApp é facultativa, e pode ser realizada pela(s) parte(s) interessada(s) e seu(s) procurador(es), incluindo as Sociedades de Advogados, desde que devidamente habilitado(s) nos autos.

Caso a(s) parte(s) possua(m) interesse, deverá(ão) fazer o pedido junto ao Cartório do meu Gabinete ou através de petição nos autos, que deverá constar obrigatoriamente os seguintes termos e informações:

I)nome Completo e OAB (no caso de procuradores);
II)número do telefone que receberá as intimações;
III)concorda com os termos da intimação por meio do aplicativo WhatsApp;

IV)que foi identificado de que o CGDER, em nenhuma hipótese, solicita dados pessoais, bancários ou qualquer outro de caráter sigiloso, limitando-se o procedimento para a realização de atos de intimação;

V)que foi identificado de que as dúvidas referentes à intimação deverão ser tratadas, exclusivamente, no Cartório do Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho.

Alertando que petições, justificativas, recursos e outros pedidos deverão ser realizados através dos meios convencionais, seja através dos protocolos da capital ou das Unidades Regionais, ou ainda pelo Processo Eletrônico.

Por fim, informo que intimações serão encaminhadas durante o expediente e feitas exclusivamente pelo aplicativo WhatsApp, e a contagem dos prazos processuais obedecerá à legislação de regência, iniciando-se com a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Com ou sem resposta, voltem os autos por ATJ e Ministério Público de Contas para prosseguimento nos termos do art. 195 e seguintes do RICTSP.

Publique-se.
PROCESSO: 00004587.989.18-7
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL (CNPJ 45.739.083/0001-73)
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: UR-19

Vistos.

À vista das ocorrências e/ou impropriedades apontadas no relatório da fiscalização (Evento 96.51), e de acordo com o disposto no artigo 30, da Lei Complementar nº 709/93, NOTÍFICO o Sr. SERGIO DEL BIANCHI JUNIOR, responsável pela Prefeitura Municipal acima mencionada, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do conteúdo nos autos e nos processos dependentes e/ou referenciados, e apresente as alegações que forem do seu interesse.

Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.

Alerto que, nos termos da Resolução nº 01/2011, os interessados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www4.tce.sp.gov.br/tcesp/ processo-eletronico, mediante regular cadastramento, caso ainda não efetuado.

Aproveito a ocasião para informar ao órgão e/ou interessados que poderão ser intimados dos atos processuais relativos ao presente processo através do aplicativo WhatsApp.

Esse procedimento será aplicado exclusivamente no Cartório do meu Gabinete, e somente nos processos de Contas Anuais de Prefeituras Municipais de minha relação, relativas aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, que já tramitam em meu eletrônico.

As intimações realizadas através do WhatsApp serão feitas de forma subsidiária à publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, conforme previsto no artigo 90 da Lei Complementar 709/93, e não exclui a obrigatoriedade das partes interessadas acompanharem as publicações no Diário Oficial do Estado.

A adesão ao procedimento de intimação por WhatsApp é facultativa, e pode ser realizada pela(s) parte(s) interessada(s) e seu(s) procurador(es), incluindo as Sociedades de Advogados, desde que devidamente habilitado(s) nos autos.

Caso a(s) parte(s) possua(m) interesse, deverá(ão) fazer o pedido junto ao Cartório do meu Gabinete ou através de petição nos autos, que deverá constar obrigatoriamente os seguintes termos e informações:

I)nome Completo e OAB (no caso de procuradores);
II)número do telefone que receberá as intimações;
III)concorda com os termos da intimação por meio do aplicativo WhatsApp;

IV)que foi identificado de que o CGDER, em nenhuma hipótese, solicita dados pessoais, bancários ou qualquer outro de caráter sigiloso, limitando-se o procedimento para a realização de atos de intimação;

V)que foi identificado de que as dúvidas referentes à intimação deverão ser tratadas, exclusivamente, no Cartório do Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho.

Alertando que petições, justificativas, recursos e outros pedidos deverão ser realizados através dos meios convencionais, seja através dos protocolos da capital ou das Unidades Regionais, ou ainda pelo Processo Eletrônico.

Por fim, informo que intimações serão encaminhadas durante o expediente e feitas exclusivamente pelo aplicativo WhatsApp, e a contagem dos prazos processuais obedecerá à legislação de regência, iniciando-se com a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Com ou sem resposta, voltem os autos por ATJ e Ministério Público de Contas para prosseguimento nos termos do art. 195 e seguintes do RICTSP.

Publique-se.
PROCESSO: 00004606.989.19-2
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE POPULINA (CNPJ 51.842.177/0001-76)
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-11
PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00008763.989.19-1 Vistos.

NOTÍFICO a Prefeitura Municipal acima mencionada, para que tome ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 1º Quadrimestre de 2019 (Evento 16).

Demandam especial atenção do responsável o elevado déficit na execução orçamentária e a extrapolção do limite prudencial dos gastos com despesa de pessoal, o que implica em diversas restrições impostas pelo artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Alertando que petições, justificativas, recursos e outros pedidos deverão ser realizados através dos meios convencionais, seja através dos protocolos da capital ou das Unidades Regionais, ou ainda pelo Processo Eletrônico.

Por fim, informo que intimações serão encaminhadas durante o expediente e feitas exclusivamente pelo aplicativo WhatsApp, e a contagem dos prazos processuais obedecerá à legislação de regência, iniciando-se com a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Com ou sem resposta, voltem os autos por ATJ e Ministério Público de Contas para prosseguimento nos termos do art. 195 e seguintes do RICTSP.

Publique-se.
PROCESSO: 00004628.989.18-8
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA DA SERRA (CNPJ 46.523.130/0001-00)
INTERESSADO(A): JORGE JOSE DA COSTA (CPF 060.114.398-10)
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: DF-07
PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00013705.989.18-4 Vistos.

À vista das ocorrências e/ou impropriedades apontadas no relatório da fiscalização (Evento 239.1), e de acordo com o disposto no artigo 30, da Lei Complementar nº 709/93, NOTÍFICO o Sr. JORGE JOSÉ DA COSTA, responsável pela Prefeitura Municipal acima mencionada, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do conteúdo nos autos e nos processos dependentes e/ou referenciados, e apresente as alegações que forem do seu interesse.

Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.

Alerto que, nos termos da Resolução nº 01/2011, os interessados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www4.tce.sp.gov.br/tcesp/ processo-eletronico, mediante regular cadastramento, caso ainda não efetuado.

Aproveito a ocasião para informar ao órgão e/ou interessados que poderão ser intimados dos atos processuais relativos ao presente processo através do aplicativo WhatsApp.

Esse procedimento será aplicado exclusivamente no Cartório do meu Gabinete, e somente nos processos de Contas Anuais de Prefeituras Municipais de minha relação, relativas aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, que já tramitam em meu eletrônico.

As intimações realizadas através do WhatsApp serão feitas de forma subsidiária à publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, conforme previsto no artigo 90 da Lei Complementar 709/93, e não exclui a obrigatoriedade das partes interessadas acompanharem as publicações no Diário Oficial do Estado.

A responsabilidade pelas contas em exame solicita prorrogação de prazo para apresentar defesa sobre o relatório da fiscalização (Eventos 119 e 122).

DEFIRO o prazo de 10 (dez) dias.

Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.

Com ou sem resposta, encaminhem-se os autos para a manifestação da Assessoria Técnica e o Ministério Público de Contas, nos termos do art. 195 do Regimento Interno.

Publique-se.
PROCESSO: 00004721.989.19-2
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPEÍ (CNPJ 65.058.984/0001-07)
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-14
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00010972.989.19-8 Vistos.

NOTÍFICO a Prefeitura Municipal acima mencionada, para que tome ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 1º Quadrimestre de 2019 (Evento 15).

Demandam especial atenção do responsável o elevado déficit na execução orçamentária, a extrapolção do limite prudencial dos gastos com despesa de pessoal e aplicação dos recursos do Fundo.

Alerto a Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar Paulista nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com fulcro no artigo 29 do mesmo dispositivo legal.

Publique-se.
PROCESSO: eTC-004945/989/18
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE RIVERSUL
ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DE 2018
RESPONSÁVEL: JOÃO CARLOS ALMEIDA CAMPOS e AGUIINALDO IRINEU FERNANDES ARMELIM
INSTRUÇÃO: UR-16 / DSF-II

Vistos.

Em face das falhas apontadas no relatório de fiscalização, elaborado pela Unidade Regional de Itapeva – UR-16, inserido no evento 33, NOTÍFICO os Srs. JOÃO CARLOS ALMEIDA CAMPOS e AGUIINALDO IRINEU FERNANDES ARMELIM, responsáveis pelas contas do exercício de 2018 da CÂMARA MUNICIPAL DE RIVERSUL, nos termos do disposto no artigo 30, da Lei Complementar Paulista nº 709/93, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tomem conhecimento dos apontamentos e apresentem as alegações e justificativas pertinentes.

Opportuno registrar que da peça de defesa, deverá constar item específico informando o número total de sessões realizadas, bem como os dados consolidados da produção legislativa do exercício, com o número de projetos de lei, resoluções, peças orçamentárias, audiências públicas, requerimentos, indicações, moções, tributos honoríficos, decisões da Mesa Diretora e demais matérias submetidas à deliberação da Câmara Municipal.

Publique-se.
PROCESSO: eTC-005041/989/18
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE APAÍ
ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DE 2018
RESPONSÁVEL: JORGE VANDERLEI PINGAS
INSTRUÇÃO: UR-16 / DSF-II

Vistos.

Em face das falhas apontadas no relatório de fiscalização, elaborado pela Unidade Regional de Itapeva – UR-16, inserido no evento 44, NOTÍFICO o Sr. JORGE VANDERLEI PINGAS, responsável pelas contas do exercício de 2018 da CÂMARA MUNICIPAL DE APAÍ, nos termos do disposto no artigo 30, da Lei Complementar Paulista nº 709/93, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento dos apontamentos e apresente as alegações e justificativas que entender pertinentes.

Opportuno registrar que da peça de defesa, deverá constar item específico informando o número total de sessões realizadas, bem como os dados consolidados da produção legislativa do exercício, com o número de projetos de lei, resoluções, peças orçamentárias, audiências públicas, requerimentos, indicações, moções, tributos honoríficos, decisões da Mesa Diretora e demais matérias submetidas à deliberação da Câmara Municipal.

Publique-se.
PROCESSO: eTC-005080/989/18
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ
ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DE 2018
RESPONSÁVEL: VANDIR DONIZETE VIANO
ADVOGADO: PEDRO ALEXANDRE NARDELO (OAB/SP 145.654)
INSTRUÇÃO: UR-02 / DSF-II

Vistos.

Em face das falhas apontadas no relatório de fiscalização, elaborado pela Unidade Regional de Itapeva – UR-02, inserido no evento 34, NOTÍFICO o Sr. VANDIR DONIZETE VIANO, responsável pelas contas do exercício de 2018 da CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, nos termos do disposto no artigo 30, da Lei Complementar Paulista nº 709/93, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento dos apontamentos e apresente as alegações e justificativas pertinentes.

Opportuno registrar que da peça de defesa, deverá constar item específico informando o número total de sessões realizadas, bem como os dados consolidados da produção legislativa do exercício, com o número de projetos de lei, resoluções, peças orçamentárias, audiências públicas, requerimentos, indicações, moções, tributos honoríficos, decisões da Mesa Diretora e demais matérias submetidas à deliberação da Câmara Municipal.

Publique-se.
PROCESSO: eTC-005080/989/18
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ PAULISTA
ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DE 2018
RESPONSÁVEL: LUIZ CARLOS SENSINELI
INSTRUÇÃO: UR-07 / DSF-I

Vistos.

Em face das falhas apontadas no relatório de fiscalização, elaborado pela Unidade Regional de São José dos Campos – UR-07, inserido no evento 36, NOTÍFICO o Sr. LUIZ CARLOS SENSINELI, responsável pelas contas do exercício de 2018 da CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ PAULISTA, nos termos do disposto no artigo 30, da Lei Complementar Paulista nº 709/93, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento dos apontamentos e apresente as alegações e justificativas pertinentes.

Opportuno registrar que da peça de defesa, deverá constar item específico informando o número total de sessões realizadas, bem como os dados consolidados da produção legislativa do exercício, com o número de projetos de lei, resoluções, peças orçamentárias, audiências públicas, requerimentos, indicações, moções, tributos honoríficos, decisões da Mesa Diretora e demais matérias submetidas à deliberação da Câmara Municipal.

Publique-se.
PROCESSO: eTC-005198/989/18
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE ADAMANTINA
ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DE 2018
RESPONSÁVEL: EDUARDO RODRIGUES FIORILLO
ADVOGADO: LUIZ EDUARDO MAZZINI BRESSAN (OAB/SP 202.215)

Vistos.